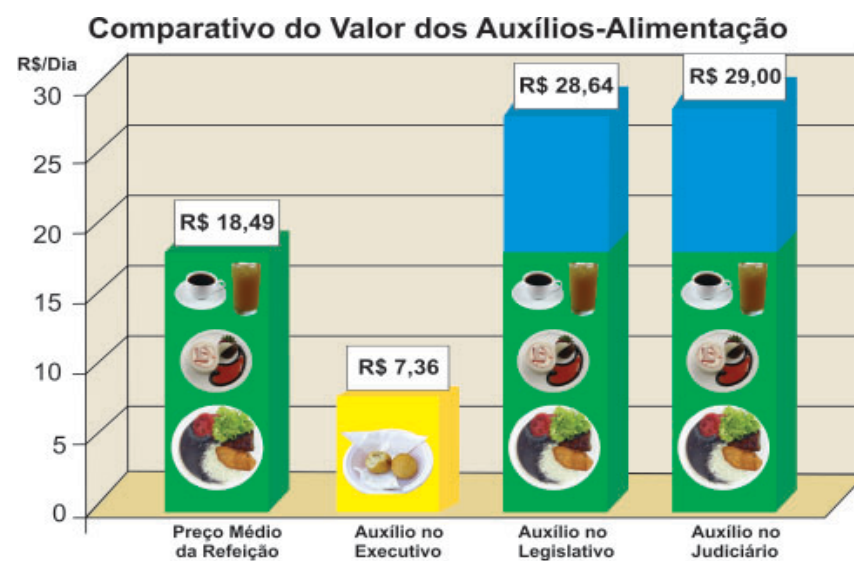


Campanha Salarial 2009

Valor do auxílio-alimentação é defasado em todo o país

Não é à toa que o auxílio-alimentação dos servidores federais é apelidado de "vale-coxinha". Com os valores congelados desde 2004, o benefício não é capaz de pagar por uma refeição completa (salada, prato principal, bebida não alcoólica, sobremesa e cafezinho) em nenhuma região do país, de acordo com pesquisa publicada no jornal O Globo. É por isso que o reajuste do benefício é um dos eixos da Campanha Salarial 2009, lançada oficialmente em 18 de março, durante a Marcha a Brasília, e que será o centro de um ato público que a Condsef e seus sindicatos filiados organizam para o dia 17 de junho.

Segundo a pesquisa, o trabalhador brasileiro que almoça fora de casa gasta, em média, R\$ 16,26



por dia. O Centro-Oeste tem a refeição mais cara. Na região, o almoço sai em média a R\$ 17,58. Em Brasília, onde trabalha o segundo maior contingente de ser-

vidores do Executivo Federal, o custo médio é ainda maior, de R\$ 18,49. É uma diferença de 151% em relação ao valor do "vale-coxinha". Até para a região Sul, que

possui o mais baixo preço médio da refeição do país, de R\$ 13,80, o auxílio-alimentação dos federais ainda é insuficiente.

O valor mensal pago pelo Executivo varia de R\$ 126,00 a R\$ 161,00, dependendo da unidade da Federação (conforme estabelece a Portaria 71/2004). É menor dentre os Três Poderes. No Legislativo, o benefício mensal é de R\$ 638,00, ou seja, R\$ 29,00 ao dia. No Judiciário os valores oscilam entre R\$ 590,00 (Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus) e R\$ 630,00 (TST), que correspondem respectivamente a R\$ 26,82 e R\$ 28,64 por dia. Se comparado ao valor destinado aos servidores do Legislativo ou do Judiciário, o vale-coxinha está defasado em quase 300%.

Calendário de Atividades

Maio

- 20 – Encontro do Nacional do DNOCS
- 21 – Encontro dos administrativos do MAPA
- 21 – Encontro Nacional dos servidores do Planejamento
- 21 a 23 – 11º CECUT/DF
- 22 – Seminário sobre desmonte e fragmentação de órgãos públicos seguido de ato político em frente ao Planejamento
- 23 – Plenária Nacional da Condsef

Junho

- 03 e 04 – Plenária Nacional dos Empregados da CONAB
- 05 – Dia Nacional de Lutas em conjunto com CUT e Centrais Sindicais com paralisação de 24 horas
- 06 – Encontro dos Civis de Órgãos Militares
- 17 – Ato público da Campanha Salarial 2009
- 18 – Plenária Nacional da Condsef

Assembleia aprova prestação de contas de 2008

Após a leitura e debate do amplo relatório do Conselho Fiscal, a assembleia de 23.04, no auditório do sindicato, aprovou a prestação de contas do Sindsep-DF, exercício 2008. O parecer do Conselho Fiscal, que recomendou a aprovação, trouxe uma detalhada análise da evolução das contas, além de propostas para aperfeiçoar a gestão da entidade e maximizar os resultados. Mesmo investindo pesadamente na mobilização da categoria e no reaparelhamento da entidade, a atual gestão encerrou o ano de 2008 com um saldo positivo de quase R\$ 600 mil. É o que permitirá iniciar os repasses financeiros para implantar as Seções Sindicais de fato, abrindo uma nova fase na vida do sindicato. Leia também reportagem do EG 325.



23.04: filiados do Sindsep-DF aprovam as contas do exercício 2008

Gestão financeira das Seções Sindicais

O Sindsep-DF realiza nesta terça-feira, 05.05, o I Encontro de Gestão Financeira para as Seções Sindicais, das 8h às 18h, no auditório Francisco Zoccoli, para apresentar o Regulamento da Gestão Financeira a coordenadores e tesoureiros das seções. Será a primeira de uma série de atividades para impulsionar a construção das seções.

► MPlanejamento

Ato retomará campanha pela extensão da GSISTE



■ 27.04: servidores do bloco K discutem ações para a retomada da luta pela extensão da GSISTE e plano de carreira específico

Reunidos em assembleias, dias 24 e 27.04, nos blocos C e K, respectivamente, os servidores do Ministério do Planejamento decidiram retomar a luta pela extensão da GSISTE incorporando-a a luta por um plano de carreira específico para a categoria. Para cobrar do ministro Paulo Bernardo a abertura das negociações, o setor aprovou a realização de um ato nesta quinta-feira, dia 07.05, a partir das 10h, em frente ao bloco K. Ainda nesta semana, nova assembleia deve

ocorrer para discutir os rumos do movimento e ações estratégicas.

Outra deliberação da assembleia, já encaminhada pela Condsef, é a realização de um Encontro Nacional dos servidores do Ministério do Planejamento, reunindo representantes das 27 gerências regionais espalhadas pelo Brasil. O encontro está marcado para o dia 21.05 e, entre outros assuntos, deverá discutir a proposta de criação de um Departamento de Planejamento na estrutura da Condsef.

► MSaúde

Assembleia nesta quinta-feira, dia 7

A Seção Sindical do Sindsep-DF no Ministério da Saúde realiza assembleia nesta quinta-feira, dia 7.05, às 10h, na portaria da sede. Além de dar as boas vindas aos novos servidores do órgão, a assembleia vai discutir a pauta abaixo:

- Informes das negociações com a CGRH/MS
- Seminário dos servidores do MS;
- Priorização das seguintes reivindicações: reabertura do prazo para opção no CPST, antecipação da tabela salarial de 2011 para 2009, reajuste do auxílio-alimentação e redução da carga horária de 40h para 30h. Participe!

► DNIT

Brasília rejeita proposta de "Prêmio"

Os servidores do DNIT realizaram uma paralisação de 24 horas dia 29.04 que contou com a adesão de vários estados. No mesmo dia, os servidores de Brasília rejeitaram a proposta do governo, apresentada dia 27.04 à Condsef, de substituir o bônus trimestral

por um "prêmio" que seria pago até junho de 2010, e decidiram manter a mobilização para exigir do governo o cumprimento do acordo. Os valores do prêmio para os níveis intermediário e auxiliar são menores se comparados à proposta do bônus trimestral.

O governo alegou problemas jurídicos e técnicos para a substituição e que, no período em que o prêmio estivesse em vigor, um GT discutiria uma proposta de tabela remuneratória para a categoria.

Confira a proposta no www.sindsep-df.com.br.

► HFA

SRH vai discutir reivindicações dos servidores com direção do órgão e Ministério da Defesa

Após ato em frente ao Ministério do Planejamento, dia 22.04, os servidores e empregados públicos do Hospital das Forças Armadas, foram recebidos por representantes da SRH/ MPlanejamento. A coordenadora de Negociação e Relações Sindicais, Eliane Aparecida da Cruz, ouviu as reivindicações da categoria e informou que vai agendar uma reunião de governo com a direção do HFA e do Ministério da Defesa para tratar da progressão funcional, do bônus de desempenho e da redução da carga horária para os empregados públi-

cos, além da reestruturação do plano de carreira dos estatutários. Ela também deixou pré-agendada uma reunião para o dia 26.05, quando o Planejamento deve apresentar a proposta do governo aos servidores.

■ Reunião com Duvanier

No dia 29.04, em reunião com o deputado Magela (PT-DF) e o secretário de RH, Duvanier Piva, o Sindsep-DF discutiu a questão da progressão funcional. Duvanier se comprometeu a, nos próximos dias, dar uma resposta ao pleito.

Decisão do STF permitirá concessão de aposentadoria especial aos servidores

No dia 15.04, em julgamento de diversos Mandados de Injunção, o Supremo Tribunal Federal (STF), adotou decisões que permitirão aos servidores públicos que trabalham em situação de insalubridade e de periculosidade se aposentarem em conformidade com as regras do artigo 57 da Lei 8.213/91 que regulamenta a aposentadoria especial de celetistas.

O Sindsep-DF, junto com as demais entidades filiadas à Condsef, é parte do Mandado de Injunção nº 880/2008, que está para ser julgado e cujo relator é o ministro Eros Grau. Uma

audiência com o ministro já foi solicitada pela Condsef. O mandado visa a declarar a omissão legislativa do presidente da República em regulamentar o tempo trabalhado em condições especiais no setor público.

O direito à aposentadoria especial dos servidores está previsto no artigo 40 da Constituição, mas sua aplicação depende de regulamentação. Por isso, mesmo trabalhando em condições especiais, os servidores só podiam se aposentar se cumprissem o tempo de contribuição mínimo de 35 anos, para homens, e de 30 anos, para as mulheres. Pelas regras da

CLT, o servidor que sempre trabalhou em condições especiais poderá aposentar-se após 25 anos de serviço.

O mandado de injunção é instrumento jurídico apropriado para garantir o direito de alguém prejudicado diante da omissão legislativa na regulamentação de normas da Constituição. Nos próximos EGs, publicaremos o detalhamento das informações necessárias aos servidores solicitarem o benefício, com base no resultado da audiência com o ministro e a publicação dos acórdãos do STF sobre o assunto.



■ 22.04: estatutários e empregados públicos do HFA cobram retomada das negociações da pauta de reivindicações

► MRE

Manifestação cobra ingresso no Serviço Exterior Brasileiro



■ 27.04: servidores do MRE lutam para ingressar nas carreiras do Serviço Exterior Brasileiro

Os servidores do Ministério das Relações Exteriores (MRE) realizaram dia 22.04, um ato em frente ao Ministério do Planejamento, para cobrar do governo a instalação de um Grupo de Trabalho que viabilize a inclusão de cerca de servidores nas carreiras do Serviço Exterior Brasileiro, os quais no momento estão enquadrados no PCC/PGPE.

Na ocasião, uma comissão de servi-

dores e a direção do Sindsep-DF foram recebidos pela representante da SRH/MPlanejamento, Eliane Cruz, que agendou para o dia 14.05, às 15h, uma nova reunião para dar início às negociações. O Planejamento também ficou de, nesse dia, definir a agenda das próximas reuniões.

Os servidores do MRE decidiram manter a mobilização e realizam uma assembleia dia 12.05, às 13h, na Seção Sindical.

► MDS

Ministro promete defender reivindicações dos servidores

Em reunião com o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, e a secretária-executiva da pasta, Arlete Sampaio, dia 28.04, a Seção Sindical do Sindsep-DF no órgão e a Comissão de Servidores cobrou apoio para a instituição de uma gratificação temporária para os efetivos até que um plano de carreira específico seja implantado. Ao longo da reu-

nião, os representantes do setor explicitaram a enorme evasão, desestímulo e a condição social em que se encontram os atuais servidores efetivos do órgão, que possuem a segunda pior remuneração entre todas da pasta (consultores, terceirizados, temporários e DAS's), só não perdem para o Apoio Administrativo I (que é o nível mais baixo entre os sete níveis de contratação da empresa de

terceirização patrimonial).

O ministro e a secretária se comprometeram a interceder junto ao MPlanejamento para que as questões da carreira e da gratificação sejam resolvidas de forma célere.

Ficou acertado ainda que a direção do MDS ratificará o apoio à luta justa dos trabalhadores, por meio da intranet do órgão. A secretária Arlete Sampaio também ficou de, no mesmo dia, entrar em contato com o SRH/MP para solicitar uma reunião que contaria também com a participação de representantes dos servidores.

Nesta terça-feira, dia 05.05, haverá reunião de todos os servidores efetivos na sala 422, do bloco A, da Esplanada dos Ministérios, às 12h30. A presença de todos é fundamental para fortalecer a união da base.



■ 28.04: em reunião com o ministro Patrus Ananias, servidores defendem reivindicações de gratificação e plano de carreira específicos

► Funai

Planejamento promete retomar discussões para o PCI

Durante ato realizado pelos servidores da Funai, dia 22.04, para cobrar do governo a retomada do GT que discutirá a estruturação do Plano de Carreira Indigenista, o Ministério do Planejamento recebeu uma comissão de servidores e o Sindsep-DF. Na ocasião, a represen-

tante da SRH/MPlanejamento, Eliane Cruz, informou que o governo não deve concordar com a instalação de um novo GT, mas assegurou a abertura de uma agenda de reuniões para negociar a estruturação da carreira. O primeiro encontro está agendado para o dia 20.05.



■ 27.04: servidores cobram estruturação do Plano de Carreira Indigenista

► AGU

Nova portaria preocupa servidores

Os servidores da AGU estão indignados. Como se já não bastassem os erros produzidos pela Portaria 1829/08-AGU, que regulamentou a avaliação individual da GDAA (20 pontos) – gratificação de desempenho dos servidores do órgão –, vigora desde o final de janeiro deste ano a Portaria 124/09-AGU, que regulamenta a mesma gratificação na parte institucional (80 pontos).

A primeira portaria fere direitos dos servidores que se encontravam em licença em 2008. Há quase dois meses o Sindsep-DF cobra da AGU uma solução para o problema. Agora, a nova portaria estabelece metas desproporcionadas de desempenho, subdivididas em itens que tratam de vários temas, tais como: avaliação da instituição a ser realizada por

terceiros por meio de pesquisa de opinião; redução de consumo de papel, toner, copo descartável e energia elétrica, entre outros. Todos os itens estão vinculados ao salário dos servidores. Ou seja, caso as metas não sejam atingidas no todo ou em parte, retira-se pontos da instituição e, conseqüentemente, reduz-se o salário dos servidores. É um despropósito que, no mínimo, fere o princípio constitucional da razoabilidade.

O Sindsep-DF encaminhou um expediente à direção da AGU levantando os problemas e cobrando que os gestores do órgão tomem a iniciativa de discutir a questão com o sindicato e as demais entidades representativas do setor. Mas até agora, não houve qualquer posicionamento da administração.

EXPEDIENTE: Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal – SINDSEP/DF – Fone: 3212-1900. Colaboraram nesta edição: Cláudio Santana, Cleusa Cassiano, Edison Cardoni, Egaz Ramirez, Fausto de Medeiros Filho, Felipe Cruz Mendonça, Oton Neves, Otonio Lima, Roberto Carvalho, Roberto Glauber, Thereza Alencar – Secretária de Comunicação e Imprensa: Edison Cardoni (Coordenador), Egaz Ramirez e Dayse Cristina (adjuntos) – Jornalista: Giselle do Valle DF2361JP – Assistente de Redação: Leide Santos. Estagiária: Cleide Portela – Diagramação: André Filho – Fotos: Jane Franco – Tiragem: 15.000 – Impressão: Intergraf – Contribua com a elaboração do "Esplanada Geral". Envie as notícias do seu local de trabalho para os endereços eletrônicos: imprensa@sindsep-df.com.br ou cardoni@sindsep-df.com.br.

Ameaças ao Serviço Público

Terceirizações, contratações temporárias, consultorias, ramificam-se em todos os órgãos do serviço público, atingindo proporções que podem anular os efeitos positivos da contratação de novos servidores concursados.

A evasão é grande em praticamente todos os setores.

É comum pessoas que não têm nenhum compromisso com o serviço público - e que legalmente estão impedidas de assinar determinados documentos - chefiarem servidores concursados, por vezes com muitos anos de trabalho.

Também é comum temporários receberem salário muito superior aos efetivos.

Criam-se situações bizarras em que servidores concursados preferem pedir demissão e serem selecionados para vagas de temporários para melhorar seu salário, para executar função similar!

Ao mesmo tempo, projetos que tramitam no Congresso abrem as portas para uma nova onda de verdadeiras privatizações.

Está em jogo, o serviço público gratuito, universal e de qualidade!

A partir desta edição, o jornal do Sindsep-DF começa a publicar uma série de artigos abordando os vários aspectos do assunto, com base em materiais preparados pelas Seções Sindicais.

Projeto de Lei Complementar 92/2007

Propõe a criação de Fundações Estatais de Direito Privado. O centro do projeto é permitir a substituição do regime jurídico dos servidores. Em vez de concursados pela Lei 8.112 poderiam ser empregados públicos. A gestão do pessoal e de patrimônio e equipamentos poderia ser transferida para mãos privadas. O projeto sofreu um revez com o julgamento de Adin no Supremo que bloqueou parte da Emenda Constitucional 19/98 que permitiria esse tipo de contratação. Mesmo assim, ele continua tramitando no

Congresso e já está na pauta do plenário da Câmara, pronto para votação, em primeiro turno. Embora claramente inconstitucional - devido à mencionada decisão do Supremo - ele pode ser aprovado, pois recebeu pareceres favoráveis nas Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Um deputado pode entrar com requerimento pedindo a retirada da matéria da pauta. Saiba mais a respeito do PLP 92, no EG 299.

Projeto de Lei Complementar 248/98

Esse projeto também é um complemento da Emenda Constitucional 19. Ele flexibiliza as relações de trabalho a ponto de permitir a demissão de servidores por suposta "insuficiência de desempenho". Além disso, intensifica, ao extremo, velhas práticas, como a avaliação de desempenho atrelada à gratificação que, na verdade, representa, nada mais, do que a individualização dos contratos de trabalho - curva forçada -, a quebra da paridade, o aumento da vulnerabilidade dos servidores frente aos interesses dos dirigentes do momento e a quebra

da unidade autônoma dos servidores. Nas atuais circunstâncias em que até terceirizados e consultores, nomeados de acordo os interesses de plantão, chefiam o trabalho de servidores concursados, o que esperar dessas "avaliações"? A avaliação de desempenho deveria ser um instrumento apenas voltado para fins de levantamento de necessidade capacitações e readaptações de lotações visando a melhorar o serviço público e não um instrumento para determinar punições. Para isso, há muitos instrumentos na Lei 8.112.

Exemplo de desmonte, o caso Embratur

O quadro de servidores efetivos da autarquia, importante para a promoção do Brasil no exterior, caiu de, 480 (1989) para, 50 (2009) em clara tendência de desmantelamento de sua estrutura. Para atender a uma pretensa necessidade de maior autonomia gerencial, seguidas administrações recorrem a expedientes como a utilização de convênios com "organismos internacionais" e outros tipos de terceirizações. Essas contratações visam a substituir ou complementar pessoal técnico voltado, em especial, para a gestão dos recursos. Por que não realizar concursos como única forma de entrada no serviço público?

O órgão apresenta carência de pessoal o que, prejudica o cumprimento de suas atribuições. A falta de concurso público para o atendimento de suas necessidades, as excessivas terceirizações, a retirada dos servidores de carreira dos poucos cargos de confiança que

ainda ocupavam além da perseguição pura e simples aos poucos funcionários geram distorções e injustiças. Há estagiários e terceirizados, evidentemente vulneráveis a pressões, guindados a cargos de confiança, preenchendo funções dos servidores efetivos que detêm plena capacidade técnica para desenvolver suas atividades.

A continuidade dos trabalhos do órgão se torna, cada vez mais, dependente de contratos vultuosos, sempre passíveis de "custos adicionais", contrariando as recomendações dos organismos de controle contrárias às terceirizações. Há casos de estagiários e terceirizados serem nomeados por um período para depois serem exonerados e contratados como "colaboradores eventuais", com o intuito de receberem os benefícios que o cargo de DAS proporciona, como passagens aéreas e auxílio-mudança.

Contratos temporários

Pelo inciso II do Art. 7º da Lei nº 8.745/93, a remuneração dos contratados temporariamente, nos casos do inciso VI do art. 2º da Lei nº 8.745/93, deverá ser "...em importância não superior ao valor da remuneração constante dos planos de retribuição ou nos quadros de cargos e salários do serviço público, para servidores que desempenhem função semelhante".

Mas enquanto os salários dos efetivos foram reajustados, muito abaixo do necessário, de maneira escalonada, após duras negociações, o salário dos temporários foi reajustado, de maneira não escalonada, por meio de Decreto Presidencial, em valores muito acima dos pagos aos servidores que desempenham funções semelhantes.

A luta continua, pela defesa do serviço público, concurso público, estabilidade e paridade!